

---

## **Por uma Reforma ampla**

Entrevista do ministro da Educação, Tarso Genro, publicada no Jornal Folha Dirigida no dia 10 de agosto de 2004.

Por Maria Cristina Siqueira

Para o titular da pasta da Educação, Tarso Genro, a visão do jurista Yves Gandra Martins sobre as propostas da Reforma universitária é conservadora. "É como dizer que a afirmação dos direitos sociais é inconstitucional", disse o ministro, que visitou a Folha Dirigida na quinta-feira, dia 5, acompanhado do representante do MEC no Rio de Janeiro, o professor William Campos. Recebido pelo presidente do Grupo Folha Dirigida, Adolfo Martins, pelo diretor de Relações Externas, Afonso Faria, e pelo Diretor Adjunto de Redação, Paulo Chico, Tarso Genro falou ainda das prioridades educacionais do governo do presidente Lula, das estratégias para o desenvolvimento de políticas sociais, das relações com a iniciativa privada no campo da Educação, de reforma universitária e financiamento.

Questionado sobre as políticas para financiamento da Educação, Tarso Genro disse que o governo implantará uma nova estrutura para recolhimento do salário-educação e que isso deverá somar recursos da ordem de R\$800 milhões ao orçamento.

### **Folha Dirigida - O senhor ficou preocupado com a tese levantada pelo jurista Yves Gandra Martins de inconstitucionalidade do ProUni?**

**Tarso Genro** - Preocupar preocupa, mas se analisarmos os precedentes do processo jurídico de afirmação de direitos no país, isso não é novidade. As elites sempre resistiram a qualquer reforma mais aberta, mais democrática, mais pluralista da sociedade. O parecer do Yves, que é um grande jurista e com quem tenho relações respeitadas, profissionais e pessoais, é um parecer que espelha esta visão, de que a norma constitucional é um arquivo frio que, na verdade, visa a congelar a situação social e política. Essa não é a visão correta, não é uma visão moderna nem do Direito Constitucional e nem da interpretação da norma constitucional. A Constituição hoje é considerada como indicativa de um processo social, de um processo democrático, de um processo de afirmação dos direitos sociais, políticos. Então, vai haver uma batalha jurídica, de fato. Mas as principais entidades, eu diria que a quase totalidade das instituições de ensino privado, já estão de acordo em aprovar o ProUni. O parecer dele talvez tenha funcionado mais como um instrumento de negociação.

### **FD - Acredita que pelo viés da inconstitucionalidade o argumento não terá êxito?**

**Tarso** – Não acredito que ele (Yves Gandra Marytins) vá alegar inconstitucionalidade. No parecer por escrito ele disse que é inconstitucional não só a política de cotas, que está dentro das políticas sociais para as pessoas que vêm da escola pública, como também seria inconstitucional nós regularmos a mudança da obrigação de gratuidade de 25% do faturamento na transformação em vagas. É quase que como dizer que a afirmação dos direitos sociais é inconstitucional. A visão do Yves é respeitável, mas eu diria que um pouco conservadora.

**FD - Qual marca pretende deixar na administração Lula?**

**Tarso** - Na administração do presidente Lula e da coalizão que a gente representa são quatro pontos. A alfabetização; o refinanciamento estratégico do ensino básico com o desestrangulamento do ensino médio, a partir da transformação do Fundef em Fundeb; a Reforma da universidade, com afirmação e expansão da universidade pública; e a colocação do ensino técnico profissional e tecnológico como elemento chave de sustentação de um modelo de desenvolvimento na agenda educacional do Brasil. Temos que deixar marcas fortes nestes quatro pontos.

**FD - Se tivesse que priorizar um desses pontos, qual escolheria?**

**Tarso** - Se eu tivesse que escolher um como o alicerce dos demais, eu diria que é o refinanciamento estratégico do ensino básico, porque sem uma reforma do ensino básico e uma qualificação técnica e pedagógica estrutural deste segmento, a Reforma universitária cai no vazio.

**FD - Se o senhor aponta o ensino básico como prioridade, significa que haverá dinheiro novo no Fundeb.**

**Tarso** - Sim e já foi anunciado. O Fundef gasta hoje em torno de R\$420 milhões e vamos dobrar esse valor. Portanto, é dinheiro novo que vai direto para a escola.

**FD - Virá de novas fontes?**

**Tarso** - De fontes orçamentárias e de uma nova estrutura de cobrança do salário educação que, seguramente, além desses R\$600 milhões ou R\$550 milhões que vamos colocar, vai provavelmente trazer um acréscimo real de muita significação, mais uns R\$800 milhões, provavelmente. Não vamos ter no ano que vem recursos ideais, mas vamos ter recursos incomparavelmente melhores do que temos este ano. E é um ano que se pode, portanto, iniciar uma revolução na educação básica do Brasil.

**FD - Alguns setores têm uma certa ansiedade de que as coisas caminhem mais rápidas. Essa política, sobre a qual se diz que é um**

**prosseguimento da política neoliberal do Malan, poderá abrir espaço para os avanços sociais?**

**Tarso** - A macroeconomia brasileira de hoje tratou fundamentalmente de uma questão, que foi reorganizar o orçamento público e viabilizar financeiramente a administração do Estado. E isto é uma questão que diz respeito a qualquer governo, seja chinês, cubano, japonês, americano. O neoliberalismo na verdade é a reprodução desse mesmo tipo de política, sem transição. Manter a rigidez orçamentária, a saúde das finanças públicas, é uma questão de qualquer governo, seja de esquerda ou de direita.

**FD - Mantendo a preocupação com a geração de superávit primário, haverá como criar um novo modelo de desenvolvimento para o país?**

**Tarso** - Não, não há. Agora isso já está sendo desmentido pelos fatos. No momento em que o governo se dispõe a colocar mais R\$3 bilhões para a saúde, dizer que no ano que vem vai investir R\$20 bilhões, que a Educação vai ter provavelmente mais R\$1 bilhão e 400 ou R\$1 bilhão e 800, isso é orçamentário. Portanto, isso é choque com a visão ortodoxa da economia e é o que está sendo feito, graças à rigidez fiscal que nós fizemos até agora. A transição está em andamento e, portanto, a questão colocada, na minha opinião é uma questão em superação.

**FD - O senhor acredita que esta superação ocorra ainda neste governo?**

**Tarso** - Tem que acontecer, ou não teremos um segundo governo, como queremos.

**FD - A Lei Orgânica do Ensino Superior vai acabar com o vestibular? É de fato esta a intenção do ministério, ao propor o fortalecimento do Enem?**

**Tarso** - Nós estamos, na verdade, no meio do processo de elaboração da Reforma. Já saíram as primeiras diretrizes e agora está saindo a segunda edição, já incorporando contribuições da UNE, da Andifes, do Andes, da Academia Brasileira de Ciências, da SBPC. Qual é a visão acumulada até agora? É que a tendência deve ser suprimir o vestibular. Mas talvez o grande acordo que saia seja considerar o Enem um instrumento decisivo ou importantíssimo na pontuação, mantendo ainda o vestibular. Mas à medida em que o Enem for se aperfeiçoando, vamos utilizá-lo como elemento central. A Reforma da universidade tem que estar conectada com a autonomia. Então, qualquer norma que saia tem que ter balizamentos claros, mas suficientemente genéricos para não abalar essa autonomia. O que a reforma pode ou deveria dizer para o Estado? Que as instituições federais superiores de ensino deverão considerar o Enem também para o

ingresso do aluno. O peso que terá e como se articular com o vestibular terá que ser deixado à autonomia da universidade.

**FD - As diretrizes sinalizam para a certificação no segundo ano da graduação. Significará a efetivação do aligeiramento dos cursos, tão criticado nas academias?**

**Tarso** - Ao contrário. Essa certificação não é um diploma, mas uma declaração que a pessoa vai incorporar a um tipo de atividade profissional, seja ela empresarial ou na forma de relação de emprego que ela exerce, e não um diploma. Mas a idéia é que se tenha quatro ou cinco disciplinas obrigatórias e que o aluno possa incorporar duas, três ou quatro disciplinas que já apontem para uma profissão, se ele quiser, ou ele pode deixar para no fim do segundo ano iniciar o estudo vinculado à profissão pela qual optou. O que temos claro é que o aluno tem que ter algumas disciplinas obrigatórias no começo, não somente para unificar o padrão mínimo de conhecimento, como também para fortalecer os alunos que vêm de experiências pedagógicas educacionais diferenciadas, tanto das públicas como das privadas, porque temos boas e más instituições nos dois âmbitos. Mas não seria um diploma profissional, essa é a nossa visão. O diploma para o exercício profissional está no decreto que saiu na semana passada, reformulando o ensino técnico no Brasil.

**FD - Como o senhor vê a convivência da escola pública com a particular, em nível básico?**

**Tarso** - A crise da educação é geral, tanto na escola pública quanto na particular. Na pública, porque o Estado não tem capacidade de investimento, e na privada, porque caiu a renda dos alunos, porque vão para ela alunos de renda baixa, média e superior, dependendo da situação. O que temos que fazer é ter um bom ensino público, acessível à população. A escola paga tem o direito de continuar, mas como uma opção e não como uma necessidade. A grande distorção que existe, tanto no ensino básico quanto no ensino superior, é que pagar pelo ensino tem sido uma necessidade para um contingente enorme de alunos. O ideal no sistema republicano é que a escola pública seja acessível a todos. Mas as pessoas que preferem a escola privada, por comodidade, por elitismo ou por convicção religiosa, têm o direito de estudar nela.

**FD - A educação voltará a ser uma porta social para os menos favorecidos?**

**Tarso** - Não de maneira isolada, mas com outro modelo de desenvolvimento. A escola é reflexo da decadência do sistema social como um todo. Nós temos uma crise de organização no mundo do trabalho, de exclusão social, de empobrecimento, de concentração de renda, de redução

do poder aquisitivo do salário mínimo, das aposentadorias, e o ensino reflete a desigualdade da produção e reprodução da riqueza social. As reformas que estamos fazendo no âmbito educacional só serão reformas conseqüentes num outro modelo de desenvolvimento, a partir desta transição que o presidente Lula está comandando, na minha opinião de maneira clara, depois que conseguimos recuperar a capacidade de financiar nossas importações e a credibilidade internacional. Agora, se tivermos uma reforma educacional e não tivermos altas taxas de crescimento, com distribuição de renda, com inclusão social, a própria reforma educacional vai servir à elite, à mesma elite de sempre. Eu sustento que um dos elementos vetores da transição para um outro modelo de desenvolvimento é o processo educacional. Agora ele, isoladamente, mesmo reformado, tem pernas curtas.

**FD - O senhor acredita que o país possa se libertar das algemas do FMI, da comunidade financeira, do estrangulamento bancário?**

**Tarso** - Eu acredito que é possível, mas que não esteja garantido e que seja uma fatalidade. Tudo indica que estamos caminhando num bom sentido e tudo indica, e o ministro Palocci já colocou isso, que não seja sequer necessário fazer um acordo com o FMI. Agora isso é uma dura batalha cujo desfecho é impossível prever, porque não temos nenhuma experiência anterior de países como o Brasil fazendo essa transição, e não temos uma teoria política acabada para fazer a retomada do crescimento.

**FD - As nações que hoje têm economia destacada no cenário mundial não foram sempre desenvolvidas, mas assim se tornaram em conseqüência da prioridade que deram à educação em relação a investimentos. Isso não é um indicador seguro de que está na educação a saída para o desenvolvimento?**

**Tarso** - Exclusivamente na Educação não, mas certamente sem investimento em Educação não há possibilidade desta transição. A Suécia, a Inglaterra, os Estados Unidos são países colonialistas ou neocolonialistas que, através de uma relação desigual, se reconstruíram, e tiveram recursos para fazer isso. O Canadá é um enclave de vários países altamente desenvolvidos. Hoje é o país mais desenvolvido do mundo, é o que tem o melhor IDH do mundo. São países diferentes. O Japão fez provavelmente a reforma agrária mais radical da história dos países orientais, mas através de uma ocupação militar, transformando completamente a economia japonesa depois da Segunda Guerra Mundial. Países como o Brasil, que não estão muito orgânicos no capitalismo central, nem estão no terceiro ou quarto grupo, estão disputando essa transição molecular. Nem todos vão transitar pelo governo Lula. Agora, tudo indica que o Brasil é o que tem a maior possibilidade, desses países do grupo intermediário. Nossa política

internacional, inclusive, reflete isso. E sem uma política internacional não se faz a transição.

**FD - Existe uma riqueza extremamente mal distribuída. No Brasil há bolsões de riqueza e de miséria. O investimento maciço em Educação e Saúde não traria equilíbrio a esse processo?**

**Tarso** - Sem dúvida. As políticas públicas que têm efeito mais imediato são na área da Saúde e da Educação. E são políticas também geradoras de emprego.

**FD - As políticas de *superavit* primário, nas quais o governo de Lula tem sido bem sucedido, não são inibidoras dos programas no campo social?**

**Tarso** - Necessariamente as políticas de *superavit* primário, todas elas, independentemente do país, sempre são políticas inibidoras, mas são também políticas que constituem pré-condições para a retomada racional dos investimentos com capacidade distributiva.

**FD - Por que a Lei de Inovação Tecnológica, que se for aprovada no Senado como saiu da Câmara, com propostas que mudam o cotidiano acadêmico das universidades, não aparece nas diretrizes da Reforma?**

**Tarso** - Seja qual for sua aprovação, ela será em algum ponto atingida pela Reforma da universidade. São dois estatutos que têm que ser compatibilizados. Essa Lei de Inovação Tecnológica foi discutida antes de minha chegada ao ministério e eu teria, sobre alguns pontos, uma visão diferente. Mas acho que no seu conjunto ela é um avanço. E essas questões que eventualmente não atendam de maneira adequada a esse espírito de transição que eu estou colocando, podem ser corrigidas pela própria lei de Reforma do ensino superior.

**FD - Conflitos de toda a ordem inquietam a civilização. uns países são reféns de guerras, outros da violência econômica e outros ainda, da violência urbana. muitos teóricos enxergam nos conflitos o grande dilema deste século. qual o papel da universidade neste contexto? cabe a ela apresentar soluções para os conflitos?**

**Tarso** - Sim, mas não é prioritariamente a universidade que vai resolver essa questão, na minha opinião, mas sim a educação de base. Eu vejo a universidade sendo um reflexo dessa educação de base. Este aspecto que você coloca tem uma vantagem comparativa no Brasil. Nós temos um Estado de Direito relativamente estabilizado, temos um alto grau de conflitividade, e não há, a não ser em grupúsculos de extremismo esquerdista, ou de extrema direita, quem queira resolver essa conflitividade

através de qualquer tipo de ditadura. Em segundo lugar, nós temos uma capacidade de absorção dos conflitos através de negociações entre os setores sociais, através de políticas públicas, através de políticas de inclusão, que são profundamente educativas para a nossa cidadania, que ao mesmo tempo que geram essa porosidade social, geram as pessoas com compromisso subjetivo do Estado de Direito. Veja que depois de 1978 os conflitos sociais no Brasil se agudizaram, mas a tentação totalitária vem reduzindo gradativamente, e a eleição do presidente Lula significa um ápice desse processo, no sentido de que as classes populares vêem que essa possibilidade da democracia são maiores do que aquelas que ocorriam há 15, 20 anos, ou em plena ditadura. Essa vantagem comparativa do Brasil, que é a experiência democrática, é um bem maior a ser preservado e ela vai adquirir um nível de consolidação que eu diria ótimo, no momento em que nós tivermos uma educação de base de alta qualidade e com alta capacidade de universalização. A partir daí a universidade vai ser boa. A universidade é importante, mas as questões estruturais do país não se resolvem na academia, elas se resolvem mais abaixo.